



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

Processo n.º 08319634920208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLOS RAPHAEL ALVES SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO MÉRITO**

**DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

**LESÃO PREEXISTENTE**

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora já ter pleiteado administrativamente verba indenizatória DPVAT, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 09/08/2019.

Frisa-se que a parte autora recebeu a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT no processo administrativo 3190570204, em decorrência de MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (TIBIA), **25%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão similar a que fora recebida anteriormente, eis que sendo a lesão no PLATÔ TIBIAL (JOELHO ESQUERDO), entende-se que o mesmo segmento corporal fora indenizado anteriormente, conforme tabela prevista em lei vigente.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Diante do exposto, vem à parte Ré impugnar o presente laudo produzido, tendo em vista que a lesão apurada já fora indenizada e é anterior ao sinistro em questão, bem como já fora indenizada. E ainda, não houve sequer comprovação de agravamento da lesão em virtude de um novo acidente.

Assim, não tendo sido cabalmente comprovado o nexos de causalidade entre o novo acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Por fim, em caso de condenação, vem a Ré requerer que seja deduzido o valor de R\$ 2.362,50 pagos ao autor pelo mesmo segmento corporal acometido, em razão do sinistro ocorrido em 09/08/2019.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 7 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**